

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	7
DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	49
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	50

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	363.558
Preferenciais	0
Total	363.558
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	2.065.241	1.997.454
1.01	Ativo Circulante	109.769	70.628
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	54.803	37.550
1.01.03	Contas a Receber	29.449	19.370
1.01.03.01	Clientes	29.449	19.370
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.536	4.783
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.536	4.783
1.01.07	Despesas Antecipadas	12.863	5.894
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.118	3.031
1.01.08.03	Outros	8.118	3.031
1.02	Ativo Não Circulante	1.955.472	1.926.826
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	28.204	32.421
1.02.01.07	Tributos Diferidos	24.242	28.473
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.242	28.473
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	382	382
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	382	382
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.580	3.566
1.02.01.10.03	Outros	3.580	3.566
1.02.03	Imobilizado	2.120	2.242
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.120	2.242
1.02.04	Intangível	1.925.148	1.892.163
1.02.04.01	Intangíveis	1.925.148	1.892.163
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.925.148	1.892.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	2.065.241	1.997.454
2.01	Passivo Circulante	1.078.924	1.083.731
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.023	11.320
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.023	11.320
2.01.02	Fornecedores	13.567	15.781
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.567	15.781
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.237	7.650
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.803	5.501
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.803	5.501
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	12	20
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.422	2.129
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	935.058	949.510
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	929.640	941.072
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	929.640	941.072
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	5.418	8.438
2.01.05	Outras Obrigações	112.039	99.470
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	99.677	92.311
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	99.677	92.311
2.01.05.02	Outros	12.362	7.159
2.01.05.02.04	Outros	12.362	7.159
2.02	Passivo Não Circulante	604.193	560.697
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.026	2.176
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	2.026	2.176
2.02.02	Outras Obrigações	468.075	446.463
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	463.947	443.675
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	463.947	443.675
2.02.02.02	Outros	4.128	2.788
2.02.02.02.03	Fornecedores	4.128	2.788
2.02.04	Provisões	132.542	110.270
2.02.04.02	Outras Provisões	132.542	110.270
2.02.04.02.04	Provisão para contingências	5.388	5.076
2.02.04.02.05	Provisão de conserva especial	127.154	105.194
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	1.550	1.788
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	1.550	1.788
2.02.05.01.01	Outros passivos	1.550	1.788
2.03	Patrimônio Líquido	382.124	353.026
2.03.01	Capital Social Realizado	363.558	363.558
2.03.04	Reservas de Lucros	18.566	9.060
2.03.04.01	Reserva Legal	475	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	9.060	9.060
2.03.04.10	Reserva de Investimento	9.031	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-19.592

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	143.660	278.425	122.156	240.622
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-83.334	-166.954	-20.059	-85.926
3.03	Resultado Bruto	60.326	111.471	102.097	154.696
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.681	-23.315	-10.251	-18.266
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.480	-22.232	-10.251	-18.331
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.201	-1.083	0	65
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	46.645	88.156	91.846	136.430
3.06	Resultado Financeiro	-29.590	-51.435	-25.821	-90.625
3.06.01	Receitas Financeiras	891	1.116	1.045	1.861
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.481	-52.551	-26.866	-92.486
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.055	36.721	66.025	45.805
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.897	-7.623	-21.441	-14.151
3.08.01	Corrente	-1.663	-4.231	-18.041	-9.123
3.08.02	Diferido	-1.234	-3.392	-3.400	-5.028
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.158	29.098	44.584	31.654
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	14.158	29.098	44.584	31.654
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,03894	0,08004	0,12263	0,08707

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	14.158	29.098	44.584	31.654
4.03	Resultado Abrangente do Período	14.158	29.098	44.584	31.654

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	84.352	91.415
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	137.835	129.610
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-25.121	-7.730
6.01.03	Outros	-28.362	-30.465
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-58.856	-64.408
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.243	-23.044
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	17.253	3.963
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	37.550	3.936
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	54.803	7.899

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	363.558	0	9.060	-19.592	0	353.026
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	363.558	0	9.060	-19.592	0	353.026
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	475	19.592	9.031	29.098
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.098	0	29.098
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	475	-9.506	9.031	0
5.05.02.06	Destinação do Lucro	0	0	475	-9.506	9.031	0
5.07	Saldos Finais	363.558	0	9.535	0	9.031	382.124

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	363.558	0	388	-58.875	0	305.071
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	363.558	0	388	-58.875	0	305.071
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	31.654	0	31.654
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	31.654	0	31.654
5.07	Saldos Finais	363.558	0	388	-27.221	0	336.725

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	298.274	259.232
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	240.353	224.889
7.01.02	Outras Receitas	57.921	34.343
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-131.686	-54.680
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-57.921	-34.343
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-49.848	6.094
7.02.04	Outros	-23.917	-26.431
7.03	Valor Adicionado Bruto	166.588	204.552
7.04	Retenções	-28.290	-26.371
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-28.290	-26.371
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	138.298	178.181
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	33	1.926
7.06.02	Receitas Financeiras	1.116	1.861
7.06.03	Outros	-1.083	65
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	138.331	180.107
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	138.331	180.107
7.08.01	Pessoal	23.762	19.601
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.119	16.552
7.08.01.02	Benefícios	2.553	2.093
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.090	956
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.008	36.189
7.08.02.01	Federais	20.401	25.047
7.08.02.02	Estaduais	137	213
7.08.02.03	Municipais	11.470	10.929
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	53.463	92.663
7.08.03.01	Juros	52.131	92.399
7.08.03.02	Aluguéis	1.324	260
7.08.03.03	Outras	8	4
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.098	31.654
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.098	31.654

Comentário do Desempenho

1. Perfil da Companhia

1.1. Apresentação

A Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO") foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com propósito de explorar o lote da BR-163 MT, que compreende o trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A Concessão tem o objetivo de executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação da BR-163 MT, através do Contrato de Concessão "EDITAL Nº 003/2013, Parte VII" assinado pela União através da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e a Concessionária Rota do Oeste em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, data de assunção do contrato ("CONTRATO"). Conforme o Contrato de Concessão, os investimentos no Projeto são determinados pelo Programa de Exploração da Rodovia ("PER").

1.2. Destaques Operacionais e Financeiros

A Companhia anuncia suas Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021 (2ITR21). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 30 de junho de 2021 (2T21) comparado com mesmo período de 2020.

- ➡ Aumento de tráfego 9% frente ao 2ITR20;
- ➡ O Ebitda ajustado totalizou R\$ 73.209 mil no 2ITR21;
- ➡ Total investido no segundo trimestre em Obras de recuperação e Melhorias em Infraestrutura de R\$ 28.837 mil
- ➡ Total de R\$ 13.146 mil recolhidos em impostos sobre receitas e serviços contratados (ISSQN) aos 19 municípios localizados na faixa de domínio.

1.3. Perspectivas

A Administração da Companhia vem envidando todos os esforços necessários para gestão e adequação das suas necessidades de caixa e situação de endividamento, mediante: (a) sub-rogação do financiamento junto ao BNDES e postergação do financiamento com a CEF para o exercício de 2021; (b) prorrogações dos vencimentos das dívidas com partes relacionadas, destacadamente os mútuos; e (c) busca de alternativas para a reestruturação de sua dívida por meio da troca de controle acionário e a consequente contratação de novas linhas de crédito para a conclusão das obrigações previstas no Contrato de Concessão.

Em 31 de março de 2021, a CRO apresentou uma proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que possibilita a retomada dos investimentos em ampliação de capacidade e melhorias, mediante a troca de controle acionário. Esta proposta de TAC passou pelo rito de análise da ANTT, que em 29 de abril de 2021 manifestou pela admissibilidade da proposta e deu continuidade ao processo que, entre outros passos, inclui a apresentação das minutas de TAC pela concessionária, audiência pública e análise de impacto regulatório. Em 22 junho de

Comentário do Desempenho

2021 a diretoria colegiada delibera abertura de consulta pública a ser realizada em julho de 2021, assim como Audiência Pública nº 006/2021 datada em 19 de julho de 2021, da qual há expectativa de formalização de um acordo para solução dos passivos administrativos em aberto. A proposta do TAC contempla a retomada imediata de investimentos e conclusão do saldo de duplicação previsto no PER até 2025.

Até obtenção dos resultados dos referidos esforços, a Administração da Companhia vem efetuando um rigoroso controle e gestão dos recursos provenientes das suas operações de pedágio e acessórias para a adequada operacionalização e funcionamento da Rodovia, com apresentação de excelentes indicadores operacionais e de qualidade.

A Companhia apresentou no 1º semestre de 2021 um crescimento total 9% no fluxo de tráfego dos veículos pagantes frente ao mesmo período do ano anterior, destaque para tráfego de veículos leves com movimento de retomada a partir do 2º trimestre. O tráfego de veículos pesados apresentou um crescimento de 10%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, decorrente da volta parcial das atividades econômicas mundiais, provenientes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), sobre tudo pela retomada das exportações para mercado internacional, e não sendo possível, nas atuais circunstâncias, mensurar tal impacto no tráfego da Rodovia, nas suas receitas, custos e despesas operacionais.

2. Desempenho Econômico Financeiro

2.1. Tráfego

Categoria	VEP (em milhares)					
	2T21	2T20	Var. (%)	1S21	1S20	Var. (%)
Pesado	23.360	21.247	10%	44.742	41.182	9%
% Veic. Eq. Totais	90%	91%	-	90%	90%	-
Leve	2.476	2.003	24%	5.021	4.639	8%
%Veic. Eq. Totais	10%	9%	-	10%	10%	-
Total Vep.¹	25.836	23.250	11%	49.763	45.821	9%

¹ Veículos Equivalentes Pagantes ("VEP") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes).

Durante o segundo trimestre de 2021, o tráfego pagante totalizou 25.836 mil, 11% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. O tráfego pagante do período foi composto de 90% de veículos pesados e 10% de veículos leves.

Comentário do Desempenho

2.2. Receitas

Descrição	Receita (em milhares de reais)					
	2T21	2T20	Var. (%)	1S21	1S20	Var. (%)
Receitas de Pedágio	123.717	111.098	11%	237.886	218.843	9%
Receitas Acessórias e Outras	1.443	3.977	-64%	2.467	6.044	-59%
Receita de Construção ICPC 01 (R1)	28.837	16.696	73%	57.921	34.345	69%
Receita Bruta	153.997	131.771	17%	298.274	259.232	15%
Tributos/deduções sobre serviços de operação	(10.323)	(9.612)	7%	(19.826)	(18.604)	7%
Outras deduções	(14)	(3)	367%	(24)	(6)	300%
Receita Líquida	143.660	122.156	18%	278.424	240.622	16%

A Receita de Pedágio resultou, aumento de 11% devido a retomada do tráfego dos veículos puxado pela volta parcial das atividades essenciais impactada pelo Covid-19, e escoamento da safra de soja para 2T21.

A Receitas Acessórias e Outras apresentou uma redução 64% para 2T21, reflexo da receita de subvenção governamental, referente ao benefício fiscal que concede a Companhia o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não-restituíveis, calculado sobre o lucro de exploração.

O incremento de 73% na Receita de Construção ICPC 01 (R1) devido o maior volume de investimentos realizados pela Companhia, com destaque para recuperação de pavimento do lote 03 do trecho de Sinop.

2.3. Custos e Despesas

Descrição	Custos e Despesas (em milhares de reais)					
	2T21	2T20	Var. (%)	1S20	1S20	Var. (%)
Custos dos serviços	(54.497)	(3.363)	1520%	(109.034)	(51.583)	111%
Custos de obra de infraestrutura	(28.837)	(16.696)	73%	(57.921)	(34.345)	69%
Despesas Gerais e Administrativas	(12.480)	(10.251)	22%	(22.231)	(18.327)	21%
Total Custos e Despesas	(95.814)	(30.310)	216%	(189.186)	(104.255)	81%

O Custo dos Serviços para 1º semestre de 2021 apresentou um aumento 111%, reflexo de seguros, Manutenção de Veículos, provisão para conserva especial, depreciação e amortização do período.

O Custo de Construção ICPC 01 (R1) apresentou crescimento de 69% para 1º semestre de 2021, em razão da retomada parcial dos investimentos para o período.

No 1º semestre de 2021, as Despesas Gerais e Administrativas evidenciou aumento de 21%, Equipamentos e contratação de serviço de Terceiro.

Comentário do Desempenho

2.4. EBITDA AJUSTADO

EBITDA Ajustado (em milhares de reais)						
Descrição	2T21	2T20	Var. (%)	1S21	1S20	Var. (%)
Resultado Líquido do período	14.158	44.584	-68%	29.099	31.655	-8%
(+/-) Impostos (IR/CS)	2.897	21.441	-86%	7.623	14.150	-46%
(+/-) Resultado Financeiro	29.590	25.821	15%	51.435	90.627	-43%
(+/-) Outras (Despesas) Receitas	1.201	-	100%	1.082	(65)	-1765%
(+/-) Depreciação / Amortização	14.542	13.287	9%	28.290	26.371	7%
(+/-) Provisões	10.821	(38.298)	-128%	20.571	(33.324)	-162%
(+/-) Receita de Subvenção Governamental	-	(2.776)	-100%	-	(3.670)	-100%
EBITDA	73.209	64.059	14%	138.100	125.744	10%

O EBITDA Ajustado no segundo trimestre de 2021 foi de R\$ 73.209 mil, em linha ao mesmo período de 2020.

2.5. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (em milhares de reais)						
Descrição	2T21	2T20	Var. (%)	1S21	1S20	Var. (%)
Receitas Financeiras	891	1.045	-14,7%	1.116	1.860	-40,0%
Despesas Financeiras	(30.481)	(26.866)	13,5%	(52.551)	(92.487)	-43,2%
Resultado Financeiro Líquido	(29.590)	(25.821)	15%	(51.435)	(90.627)	-43,2%

O resultado financeiro líquido da Companhia no 2T21 foi negativo em R\$ 29.590 mil, recuo de 15% quando comparado ao mesmo período de 2020, reflexo da postergação do principal da dívida o qual a negociação segue em curso com CEF. As receitas financeiras totalizaram R\$ 891 mil.

2.6. Endividamento

Endividamento (em milhares de reais)			
Descrição	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020	Var. (%)
Dívida Bruta	937.084	1.045.191	-10%
Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(54.803)	(121.976)	-55%
Dívida Líquida	882.281	923.215	-4,4%

Ao final do segundo trimestre de 2021 o endividamento líquido da Companhia apresentou um recuo 4,4% frente ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 882.281 mil, devido amortização extraordinária R\$ 19.392 mil relativo à venda dos ativos Nordestes, recebido pela ODB Vias, formalizado pelo mútuo com fins específico para quitação parcial do Instrumento de Inação. O valor de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras com redução de 55% no mesmo comparativo, reflexo do resgate de R\$ 118.226 mil equivalente à somatória disponível

Comentário do Desempenho

no Fundo Atlântico gerido pela CEF e na Conta Principal do Projeto, vinculada à CEF, para amortização extraordinária ao Contrato Ponte CEF.

Tendo em vista o disposto na Cláusula 7.2,"ii","a", do Contrato de Cessão Fiduciária, sobre a obrigatoriedade de manter os recursos depositados na Conta Reserva dos Juros CEF (a) até o vencimento dos pagamentos dos juros do Contrato de Financiamento CEF; (b) a ocorrência de um Evento de Execução; ou (c) até o integral pagamento de todas as Obrigações Garantidas, conforme confirmado, com o resgate de aproximados R\$118.226 Mil, supera o montante acumulado na Conta Reserva dos Juros CEF. Diante do disposto, foi liberado o recurso da conta reserva CEF no montante de R\$ 43.347 Mil, para manutenção das despesas operacionais do projeto de curto prazo da Companhia.

Adicionalmente, o Banco do Brasil apresentou posição de dívida com entendimento baseado em condições do CPG (já superadas), incluindo valores de juros moratórios. A Companhia entende que o racional usado não é devido, vez que no Instrumento de Inação há dispensa de cobrança dos encargos pelo não cumprimento das Condições Precedentes. Ainda assim, houve o registro contábil da posição evidenciada pelo banco, em atendimento às normas contábeis vigentes. Importante ressaltar que as Condições Precedentes estão em discussão com os Credores e já tem sinalização positiva em nova negociação em curso.

2.7. Investimentos

Os investimentos acumulados no segundo trimestre de 2021 totalizaram R\$ 1.925 mil, tendo sido destinados aos trabalhos de conservação, recuperação, tapa-buraco, sinalização, à recuperação de vias marginais, de obras de arte especiais, obras de ampliação de capacidade e melhorias, implantação de praças de pedágio, construção de um posto de pesagem, bem como a conservação e recuperação de trechos assumidos via Termos Aditivos ao Contrato de Concessão.

3. Informações da Companhia

3.1. Gestão de Pessoas

A base para integração de pessoas dentro da empresa é feita através dos princípios, conceitos e critérios da Tecnologia Empresarial Odebrecht ("TEO"). Nos pilares da TEO está a orientação para os resultados, a descentralização da gestão através da delegação planejada e a educação pelo e para o trabalho.

A base de todo o trabalho é a confiança nas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A CRO terminou o segundo trimestre de 2021 com o efetivo de 750 integrantes diretos.

3.2. Atendimento ao Usuário

A CRO presta serviços de atendimento ao usuário com a disponibilização de 18 bases operacionais, serviço de atendimento médico com 13 ambulâncias de resgate e 5 UTI's com médico, 19 viaturas de inspeção, 18 guinchos para atendimento a veículos de passeio e 8 para atendimento exclusivo a caminhões, além de 5 caminhões de combate a incêndio (caminhões-pipa), 5 caminhões-guindaste e 5 veículos para apreensão de animais. Toda esta estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia, bem como o telefone de emergência gratuito (0800 065 0163), que registrou 31.632 ligações pelo canal no 2T21, além do Centro de Controle de Operações ("CCO"), que monitora a rodovia 24 horas por dia. Durante o período de janeiro à junho de 2021 o CCO registrou 54.899 ocorrências, destacando-se:

Comentário do Desempenho

- ➡ 26.488 acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, guinchos e combate a incêndio;
- ➡ 7.247 acionamentos para remoção de veículos;
- ➡ 4.144 acionamentos para as ambulâncias.
- ➡ A CRO atendeu 751.720 ocorrências e acidentes.

4. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima, de propósito específico, de capital fechado registrada na categoria “B” perante a CVM, criada sob a forma de subsidiária integral da Odebrecht Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e contas da diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do plano de negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia, deve ser composta de no mínimo dois diretores, e, no máximo, quatro diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente e Diretor Técnico de Engenharia, um Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores. Estes são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.

A Rota do Oeste implantou, em 2014, um sistema de conformidade, e desde então vem aprimorando-o com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente (“Sistema de Conformidade”). Esse sistema de conformidade inclui: (i) reporte do Responsável de Conformidade ao Conselho de Administração, ii) comitê de ética, com calendário de reuniões periódicas, iii) programa continuo de capacitação dos integrantes, iv) processo de due diligence de terceiros e o engajamento dos parceiros comerciais, por meio da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoriedade adesão ao código de conduta do fornecedor e à cláusula anticorrupção, v) avaliação de riscos, e vi) auditorias de processos.

5. Responsabilidade Socioambiental

Comentário do Desempenho

5.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

No 2T21 a CRO gerou ingressos de recursos direto aos cofres dos municípios lindeiros no valor de R\$ 1.790 mil a título de ISSQN sobre os investimentos realizados em suas obras, e R\$ 11.356 mil a título de ISSQN sobre a arrecadação do pedágio.

5.2. Sustentabilidade

A gestão ambiental da CRO inclui a execução de programas como o programa Integrado de controle e gestão ambiental para a construção, programa de monitoramento e controle dos atropelamentos da fauna silvestre, programa de monitoramento e controle de supressão vegetal e todos aqueles inerentes ao processo de licenciamento das obras de duplicação e operação da rodovia.

Durante a elaboração dos estudos ambientais para o licenciamento das obras de duplicação, foram considerados potenciais impactos nas comunidades indígenas localizadas em um raio de 40 km dos trechos a serem duplicados, conforme determinado na Portaria Interministerial nº 419/2011. Na área considerada existem dois Territórios Indígenas (“TI”) da etnia Bororo, Tereza Cristina e Tadarimana, somam mais de mil indígenas atendidos pelo Programa de Mobilidade Indígena.

Em 2016 a CRO obteve as certificações da efetiva implantação e conformidade de seus sistemas de gestão baseados na NBR ISO 9001:2008 e NBR ISO 14001:2004. Em 2017 tais certificações foram atualizadas para sua versão 2015, reafirmando o compromisso da CRO na implantação de uma gestão moderna, transparente, voltada para o atendimento integral dos requisitos ambientais e às melhores práticas de governança corporativa, além da busca contínua pela melhoria dos processos de gestão, trazendo confiança nos serviços prestados para os usuários que utilizam a BR-163/MT.

6. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, as informações financeiras da Concessionária Rota do Oeste foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes. Durante o período auditado a mesma não prestou outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa. A contratação do serviço de auditoria para o exercício em curso de 2021, foi pelo valor de R\$ 176.000, líquido de impostos. As informações financeiras da Companhia estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

A política da Companhia para a contratação de serviços de auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

7. Agradecimentos

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da Companhia.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital aberto. Foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”):

Objeto do contrato	Prazo	Poder Concedente
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	ANTT

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de Companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Autos de infração – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

A Companhia possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no contrato de concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), pela suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo. A Administração da Companhia entende que as penalidades, se impostas ou confirmadas no âmbito administrativo podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial envolvendo, inclusive o painel arbitral já instaurado. Como parte das tratativas da Companhia junto à ANTT para retomada dos investimentos contratuais, houve protocolo de proposta de TAC, em 31 de março de 2021, que segue o rito regulamentar de avaliação pela ANTT e dentro do qual há a expectativa de formalização de acordo para solução dos passivos administrativos em aberto, de forma a minimizar as incertezas envolvidas. Desta forma, ainda não há como determinar como a Companhia será afetada pelos resultados das discussões envolvidas nos autos de infração e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias e, consequentemente, se suas demonstrações financeiras serão impactadas.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Em 07 de agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1^a Região concedeu decisão liminar, em ação cautelar proposta pela Companhia, proibindo que a ANTT aplique penalidades contratuais, imponha descontos tarifários que tenham efeitos punitivos, ou ainda que execute a garantia em desfavor da Concessionária, bem como sejam mantidas as condições tarifárias vigentes, até que seja concluído o pedido administrativo de Revisão Contratual Periódica (Quinquenal), ou até a deliberação no processo arbitral sobre o tema. Em 11 de maio de 2020, a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, proferiu a Ordem Processual n.^º 6, por meio do qual foi mantida a ordem liminar concedida judicialmente, de manutenção do patamar tarifário praticado pela CRO. Atualmente o processo arbitral, encontra-se na Ordem Processual n.^º 35, que dá sequência nos andamentos processuais para a realização das perícias deferidas pelo tribunal na fase de produção de provas. As provas deferidas até o momento: Perícias i) econômico e financeira; ii) ambiental; iii) avaliação de imóveis; iv) engenharia de rodovias. Atualmente, o procedimento está em fase pericial.

Em 02 de março de 2021, a 5^a Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu decisão liminar confirmando a cautelar concedida em dezembro de 2020, com base nas provas apresentadas e após a manifestação da União e ANTT. Essa liminar suspendeu a redução tarifária determinada por meio de decisão cautelar proferida no âmbito do Tribunal de Contas da União na sessão plenária de julgamento do dia 02 de dezembro 2020. Em 26 de fevereiro de 2021, a ANTT protocolou Agravo de Instrumento perante o Tribunal Regional Federal da 1^a Região, com pedido liminar requerendo a suspensão da decisão proferida em 09 de dezembro de 2020, a liminar requerida no agravo foi indeferida. A decisão judicial de 02 de março de 2021, permanece vigente até que seja concluído o devido processo administrativo junto à ANTT.

Capital circulante líquido negativo

Em 30 de junho de 2021, o passivo circulante da Companhia excede o seu ativo circulante em R\$ 969.155 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 1.013.103), principalmente, em virtude do financiamento de curto prazo contratado junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e o Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de dívida, sub-rogação e outras avenças junto ao Banco Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V.

A Companhia previa em seu plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no contrato de concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do País trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas.

Assim, diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente pela Companhia junto ao BNDES, a mesma celebrou um Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-Rogação e Outras Avenças (“Instrumento da Inação”), junto ao Crédit Agricole, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como credores do empréstimo contratado junto ao BNDES, enquanto se discute junto ao Poder Concedente alternativa para solução do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ações do Ministério Público, Governança e Compliance

Em dezembro de 2016, a Odebrecht SA., controladora indireta da Companhia, firmou acordo de leniência (“Acordo”) com o Ministério Público Federal (“MPF”) e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do mesmo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. que firmou acordo próprio. Em julho de 2018, a Odebrecht S.A. também celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transparéncia/Controladoria-Geral da União (“CGU”) e com a Advocacia-Geral da União (“AGU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro.

A Companhia possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Para tanto, conta com um sistema de conformidade desde 2017, que visa garantir e zelar por uma conduta baseada em princípios e valores éticos.

Na medida em que a Companhia e nenhum administrador sofreu condenação, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. A Administração nesse momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e, consequentemente, as suas informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2021.

COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de que o surto de COVID-19, doença respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.

No Brasil, o Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia da Covid-19, ao mesmo tempo que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia.

No âmbito estadual, o Governo de Mato Grosso, através do Decreto nº 424 de 25 de março de 2020, decretou condição de calamidade pública, impondo restrições às atividades de maneira a evitar possível contaminação ou propagação do vírus no estado.

A Concessionária Rota do Oeste, aderente às recomendações de segurança e controle, implementou um comitê de crise, visando proteger a saúde dos colaboradores e seus familiares, prestadores de serviço, usuários e sociedade em geral. As principais medidas consistiram no afastamento dos profissionais dos grupos de risco, isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção; intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool gel nos escritórios, postos de atendimento e praças de pedágio; divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias; adoção de regime de teletrabalho (“home office”) para todos os profissionais enquadrados; adoção de turnos de trabalho e fornecimento de máscaras de proteção para os profissionais não afastados ou em *home office*; suspensão de viagens não essenciais;

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

suspensão de eventos e reuniões presenciais; disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência.

A Companhia preocupada com a saúde de seus integrantes diretos e indiretos vem aprimorando com medidas no combate do COVID-19, com instalação de proteção de acrílico transparente entre as baías conjugadas de trabalho dos integrantes, afastamento integral das gestantes, reforço nas campanhas educativas, prevenção, e a importância da vacinação, assim como instalação de contêiner ambulatório em sua sede; contratação de profissionais da Saúde temporário, um médico e um técnico de enfermagem do trabalho; aquisição de mil testes rápidos antígeno Covid-19 (Swab Nasofaríngeo); Contratação de fisioterapeuta para colaboradores em estado grave, e retorno de UTI; e auxílio na compra de medicamentos anti-inflamatório de alto custo.

A medida que a vacinação avança no combate do COVID-19, e os números de internações e óbitos são reduzidos, as atividades vão sendo liberadas e a economia ganha retomada, a Companhia apresentou no 1º semestre de 2021 um crescimento total 9% no fluxo de tráfego dos veículos frente ao mesmo período em 2020, destaque para tráfego de veículos leves com movimento de retomada a partir do 2º trimestre. O tráfego de veículos pesados apresentou crescimento de 10% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Este crescimento ocorreu em decorrência do segmento de agronegócios, da retomada na prestação de serviços essenciais e a melhora do escoamento de grãos para o mercado internacional.

Por fim, é importante ressaltar que a Administração envida os maiores esforços para preservação de emprego e manutenção da renda e permanece em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e segurança de seus empregados e usuários, bem como assegurar o caixa necessário para manutenção da operação da Companhia.

2. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações trimestrais foram preparadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP no 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas neste ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações contábeis anuais. A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis adotadas na apresentação e elaboração, são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As notas explicativas que não sofreram alterações relevantes em relação às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 não foram incluídas nessas informações trimestrais. Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Resumo das principais políticas contábeis

A preparação das informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

As políticas contábeis apresentadas nas informações contábeis intermediárias são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 04 de agosto de 2021.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e os julgamentos contábeis aplicados na elaboração destas informações contábeis intermediárias correspondem às estimativas e aos julgamentos contábeis aplicados na elaboração das demonstrações contábeis anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 30 de junho de 2021			
Fornecedores	-	13.567	4.128
Fornecedores - partes relacionadas	11	99.677	-
Mútuos - partes relacionadas	11	-	463.947
Empréstimos e financiamentos	16	929.640	-
Em 31 de dezembro de 2020			
Fornecedores	-	15.781	2.788
Fornecedores - partes relacionadas	11	92.311	-
Mútuos - partes relacionadas	11	-	443.675
Empréstimos e financiamentos	16	941.072	-

- (i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outros passivos;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Com a celebração do Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças (“Instrumento da Inação”), junto ao Crédit Agricole, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como credores do empréstimo contratado junto ao BNDES, detalhado na nota explicativa 16 houve a alteração da metodologia de cálculo de juros sobre o principal, utilizando a Taxa de Depósito Interfinanceiros (DI), em substituição à Taxa de Longo Prazo (TLP).

Não houve alteração para o empréstimo da CEF, sendo utilizado a TJLP.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de depósito Interbancário (CDI), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI.

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2021	2022	2023	2024	2025	2026
TJLP (*)	4,7%	5,1%	5,1%	5,1%	5,1%	5,1%
CDI (*)	3,0%	3,9%	3,9%	3,9%	3,9%	3,9%

(*) Fonte: Projeção Tendências – 30/06/2021.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
	5,0%	6,3%	7,6%
TJLP (*)	5,0%	6,3%	7,6%
CDI (*)	3,0%	3,8%	4,5%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2021 a 2026 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
			25%	50%	50%
Empréstimo Ponte CEF	mai/20	Alta TJLP	94.072.198	94.952.628	95.045.495

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
			25%	50%	50%
Instrumento de Inação	ago/22	Alta CDI	81.187.226	82.891.289	84.583.113

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 30 de junho de 2021.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

5. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil operacional, de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim summarizados:

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	16	929.640	941.072
Arrendamento mercantil operacional	17	7.444	10.614
Caixa e equivalentes de caixa	8	(54.803)	(37.550)
Dívida líquida		882.281	914.136
Total do patrimônio líquido		382.124	353.026
Total do capital próprio e de terceiros		1.264.405	1.267.162
Índice de alavancagem financeira - %		70%	72%

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
		30/06/2021	31/12/2020
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	8	54.803	37.550
Contas a receber	9	29.449	19.370
Contas a receber - partes relacionadas	11	382	382
		84.634	57.302
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	16	929.640	941.072
Arrendamento mercantil operacional	17	7.444	10.614
Fornecedores	-	17.695	18.569
Fornecedores - partes relacionadas	11	99.677	92.311
Mútuos - partes relacionadas	11	463.947	443.675
Outros passivos	19	13.912	8.947
		1.532.315	1.515.188

7. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	30/06/2021	31/12/2020
Contas a receber		
Pedágios	28.430	19.046
Receitas acessórias	1.019	324
Total de contas a receber	29.449	19.370
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	13	3
Numerários em trânsito	465	381
Fundo de troco	592	601
Bancos conta movimento	2.687	2.686
Aplicações financeiras	51.046	33.879
Total de caixa e equivalentes de caixa	54.803	37.550

8. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2021	31/12/2020
Caixa geral	13	3
Numerários em trânsito	465	381
Fundo de troco	592	601
Bancos conta movimento	2.687	2.686
Aplicações financeiras (i)	51.046	33.879
	54.803	37.550

- (i) As aplicações financeiras são de baixo risco e tem liquidez imediata, remuneradas à taxa de mercado com base na variação percentual dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). O percentual médio de remuneração para as aplicações financeiras mantidas em 30 de junho de 2021 é de 96% a 102% do CDI.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***9. Contas a receber**

	30/06/2021	31/12/2020
Automatic Vehicle Identification ("AVI")	24.370	16.477
Receitas acessórias	1.019	324
Vale pedágio	4.060	2.569
	29.449	19.370

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 30 de junho de 2021, a Administração, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

10. Despesas antecipadas

	30/06/2021	31/12/2020
Seguros a apropriar	12.863	5.894
	12.863	5.894

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Partes relacionadas

	<u>Adiantamento a fornecedores</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Fornecedores</u>	<u>Mútuos</u>	<u>Serviços prestados</u>	<u>Benefícios com pessoal</u>	<u>Despesas financeiras</u>
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (i) (ii)	71.402	382	-	-	19	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (iii)	-	-	94.299	-	-	-	7.202
Odebrecht Rodovias S.A. (iv) (v)	-	-	260	407.646	6.693	-	54
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (vi)	-	-	4.827	-	-	-	-
Odebrecht Transport S.A. (vii) (viii)	-	-	291	56.301	173	-	1.317
Vexty Previdência ("Vexty") (ix)	-	-	-	-	-	346	-
30 de junho de 2021	71.402	382	99.677	463.947	6.885	346	8.573
31 de dezembro de 2020	71.402	382	92.311	443.675	10.801	552	25.707

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Composição

Em 30 de junho de 2021, os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado relativo as operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

- (i) A Companhia possui junto a CNO adiantamentos no montante de R\$ 71.402, relacionados à execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, o qual está registrado como custo do ativo de contrato, conforme nota explicativa 15.
- (ii) Refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (Serviços de apoio com suporte em tecnologia da informação) prestados para CNO.
- (iii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de *Engineering, Procurement and Construction* (EPC), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (*turn-key lump sum*), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO BR"), atual OECI, para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia.

O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice de obras rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos.

A contratação da OECI para execução dos serviços de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Até 31 de março de 2019, este contrato possuía um seguro garantia no valor de R\$ 116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia BR-163/MT. Esse seguro não foi renovado, em virtude da suspensão do contrato EPC.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 7.202 de juros sobre atraso de pagamentos das faturas do contrato EPC, junto ao OECI conforme estabelecido em contrato.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Odebrecht Rodovias S.A.

Data do contrato	Nota	Taxa de remuneração	30/06/2021	31/12/2020
30/12/2015	(b)	125% do CDI	234.460	234.460
23/02/2016	(c)	125% do CDI	30.024	30.024
14/03/2016	(c)	125% do CDI	23.487	23.487
28/03/2016	(c)	125% do CDI	31.131	31.131
08/07/2016	(d)	125% do CDI	29.705	29.705
06/06/2019	(e)	125% do CDI	13.251	13.251
18/06/2019	(f)	125% do CDI	26.418	26.418
09/06/2021	(g)	-	19.392	-
Mútuo Rodovias			407.868	388.476
Custos de captação a amortizar (a)			(222)	(222)
Líquido			407.646	388.254

- a) Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.
- b) Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias;
- c) Em 23 de fevereiro de 2016, 14 de março de 2016 e 28 de março de 2016 a Companhia firmou contratos de mútuos com sua controladora indireta OTP. Em 07 de julho de 2016, a OTP assinou contratos de cessão de créditos com sua controlada direta ODBVias, nos quais cede os direitos creditórios dos contratos de mútuos que detinha com a Companhia. Portanto, a partir desta data, a Companhia torna-se devedora dos valores dos contratos de mútuos citados anteriormente à sua acionista ODBVias;
- d) Em 08 de julho de 2016, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias;
- e) Em 06 de junho de 2019, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora ODBVias, no valor de R\$ 12.353, com fim específico de quitação parcial do empréstimo ponte junto a CEF;
- f) Em 18 de junho de 2019, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora ODBVias, no valor de R\$ 24.707, com fim específico de quitação parcial do empréstimo ponte junto ao BNDES;
- g) Em 09 de junho de 2021, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora ODBVias no valor de R\$ 19.392, com fim específico de quitação parcial do Instrumento de Inação.

Os mútuos estão subordinados a quitação do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, e poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo seja quitado com o BNDES primeiro. O vencimento dos mútuos é indeterminado, conforme aditivo.

Os recursos captados através destas operações de mútuos deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na rodovia.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme último aditivo firmado entre as partes e subordinados aos credores do CPG – Contrato de Prestação de Garantia da CRO, as partes concordaram em não haver incidência de juros a partir de 1º de novembro de 2020, até notificação da ODBR à CRO com cópia para os credores informando sobre o retorno da incidência da remuneração.

- (v) Em 08 de outubro de 2015, a Companhia celebrou contrato de gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas nesse contrato. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e ODBVias assinaram o termo de distrato e encerramento contratual, o qual formaliza o encerramento contratual, tendo em vista a conclusão das obras.

Em 1º de setembro de 2016, a Companhia assinou um acordo de rateio de despesas com a ODBVias para rateio de despesas administrativas e financeiras. O acordo visa evitar o dispêndio excessivo de recursos por parte das empresas envolvidas, considerando que a ODBVias já dispõe de uma estrutura para atuar em negócios e operações em geral, com pessoal especializado e com prestadores de serviços terceirizados, que podem ser compartilhados com as demais empresas envolvidas no acordo.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia assinou contrato de elaboração de projetos de engenharia com a ODBVias, que tem como objeto prestação de serviços de engenharia para elaboração e desenvolvimento de anteprojetos, projetos executivos para as obras de fluidez da rodovia dos Imigrantes – BR-070 e para o Trecho de 108 km entre Cuiabá/MT e Rosário Oeste/MT. Esse contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um bônus de desempenho, caso o projeto executivo final resulte em redução de valores totais de implantação das obras. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas nesse contrato.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia celebrou contrato de gerenciamento, acompanhamento, qualificação e consultoria de engenharia e construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras, os projetos e execução dos serviços de conserva especial e de rotina executados por terceiros contratados pela Companhia e executar orçamentos de obras e custos indiretos, prestação de serviços de consultoria técnica especializada de engenharia e meio ambiente e elaboração de estudos de viabilidade dos investimentos relativos as obras. Esse contrato prevê três naturezas distintas de remuneração, quais sejam, "remuneração fixa", "remuneração variável" e "remuneração mediante aprovação de orçamento". A remuneração fixa corresponde ao percentual de 5,29% aplicado sobre os serviços gerenciados discriminados nas ordens de serviço emitida pela ODBVias, será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições elaboradas de acordo com as respectivas ordens de serviço. Remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais.

A remuneração mediante aprovação de orçamento consiste em serviços técnicos especializados prestados pelo corpo técnicos de profissionais especialistas em projetos, soluções de engenharia e orçamentos de obras da ODBVias. Não há garantias previstas neste contrato.

(vi) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente à locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, série 3, acumulado no período. Em 30 de junho de 2021, o passivo total desse contrato, correspondia ao montante de R\$ 4.827. Não há garantias previstas nesse contrato.

(vii)Odebrecht Transport S.A.

Data de liberação	Taxa de remuneração	30/06/2021	31/12/2020
24/06/2016	125% do CDI	56.301	55.421
		56.301	55.421

Em 24 de junho de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP.

O mútuo está subordinado a quitação do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, atualmente sub-rogado através do Instrumento de Inação junto aos Credores. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo seja primeiramente quitado junto aos Credores.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.317 de juros sobre o contrato de mútuo.

(viii) Refere-se ao rateio de despesas com locação de imóvel.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ix) Vexty Previdência refere-se ao plano de previdência complementar da Companhia.

b) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, totalizaram os montantes de R\$ 5.359 e R\$ 4.130, respectivamente:

	30/06/2021	31/12/2020
Salários	4.709	3.231
Encargos	526	721
Previdência complementar	75	114
Outros	49	64
	5.359	4.130

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

Ativo (passivo) fiscal diferido	30/06/2021	31/12/2020
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(33.261)	(34.583)
Prejuízo fiscal	11.757	17.429
Provisão para Manutenção Especial - ICPC01	37.817	30.929
Outras diferenças temporárias	7.929	14.698
	24.242	28.473

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total do saldo dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	30/06/2021	31/12/2020
2021	7.621	2.424
2022 em diante	4.136	15.005
	11.757	17.429

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização desses créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

13. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				30/06/2021	31/12/2020
Computadores e periféricos	5	2.494	(2.220)	274	334
Equipamentos e instalações	10	943	(407)	536	461
Móveis e utensílios	5 a 10	637	(437)	200	217
Veículos	20	2.395	(1.285)	1.110	1.230
		6.469	(4.349)	2.120	2.242

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação

	Computadores e periféricos	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo	2.415	809	627	2.486	6.337
Depreciação acumulada	(2.081)	(348)	(410)	(1.256)	(4.095)
31 de dezembro de 2020	334	461	217	1.230	2.242
Adições	81	134	10	205	430
Baixas	-	-	-	(103)	(103)
Depreciação	(141)	(59)	(27)	(222)	(449)
Saldo contábil	274	536	200	1.110	2.120
Custo	2.494	943	637	2.395	6.469
Depreciação acumulada	(2.220)	(407)	(437)	(1.285)	(4.349)
30 de junho de 2021	274	536	200	1.110	2.120

Taxas anuais de depreciação (%) 5 10 5 a 10 20

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na demonstração do resultado dos exercícios, conforme notas explicativas 24 e 25.

14. Intangível

a) Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Software	Direito de uso de arrendamento	Redução ao valor recuperável	Total
Custo	1.043.739	84.717	853.088	1.188	32.418	-	2.015.150
Amortização	(87.597)	(16.102)	(69.997)	(779)	(22.685)	-	(197.160)
Redução ao valor recuperável (i)	-	-	-	-	-	(12.014)	(12.014)
31 de dezembro de 2020	956.142	68.615	783.091	409	9.733	(12.014)	1.805.976
Adições	40.616	1.860	8.908	1.700	2.573	-	55.657
Amortização	(12.072)	(1.792)	(9.673)	(120)	(5.649)	-	(29.306)
Baixas	-	(220)	-	-	-	-	(220)
Saldo contábil	984.686	68.463	782.326	1.989	6.657	(12.014)	1.832.107
Custo	1.084.355	86.314	861.996	2.888	34.991	-	2.070.544
Amortização	(99.669)	(17.851)	(79.670)	(899)	(28.334)	-	(226.423)
Redução ao valor recuperável (i)	-	-	-	-	-	(12.014)	(12.014)
30 de junho de 2021	984.686	68.463	782.326	1.989	6.657	(12.014)	1.832.107

Taxas anuais de amortização (%) (ii) 20

(i) Em 31 de dezembro de 2019, foi realizado um levantamento de inventário, o qual ensejou em sobras contábeis e físicas, que motivou a realização de uma provisão de redução ao valor recuperável. Esses itens serão alvo de um estudo mais aprofundado, o qual definirá a possibilidade de recuperabilidade ou baixa.

(ii) Os demais intangíveis são amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão (30 anos).

O intangível referente à infraestrutura são os custos dos investimentos da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização, dos itens de recuperação, operação e melhoramentos, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da concessão. Essa projeção é reconhecida no resultado e o acompanhamento entre o previsto e realizado é feito anualmente.

As adições do período findo em 30 de junho de 2021, refere-se à ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01 (R1) - "Contrato de concessão". O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

- **Recuperação**

A descrição da rubrica "Recuperação" consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação especial dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

- **Operação**

A descrição da rubrica "Operação" consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A descrição na rubrica "Melhoramentos" consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

b) Direito de uso sobre arrendamento

	30/06/2021	31/12/2020
Adições de novos contratos de direito de uso sobre arrendamento operacional	9.733	17.953
Amortização dos contratos de arrendamento operacional (*)	2.573	3.509
Baixa dos contratos de arrendamento operacional	(5.649)	(11.587)
	<hr/>	<hr/>
	6.657	9.733
	<hr/>	<hr/>

(*) Do montante de R\$ 5.649, foram capitalizados ao ativo intangível, custos de amortização no montante de R\$ 1.465, no período findo de 30 de junho de 2021.

A amortização do intangível está alocada nas rubricas "custo de serviços" e "gerais e administrativos" na demonstração do resultado do exercício, conforme notas explicativas 24 e 25.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Ativo de contrato

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Obras em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo	7.503	27	6.491	91	72.075	86.187
31 de dezembro de 2020	7.503	27	6.491	91	72.075	86.187
Adições	1.951	35	4.548	3	340	6.877
Baixas	-	-	-	-	(23)	(23)
Saldo contábil	9.454	62	11.039	94	72.392	93.041
Custo	9.454	62	11.039	94	72.392	93.041
30 de junho de 2021	9.454	62	11.039	94	72.392	93.041

O IFRS 15 (CPC 47), estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

16. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	30/06/2021	31/12/2020
Empréstimo Caixa Econômica Federal (b)	R\$	TJLP + 3,5%	323.993	310.002
Empréstimo Banco ABC Brasil S.A. (c)	R\$	DI + 5,20%	29.419	30.940
Empréstimo Banco Credit Agricole Brasil S (c)	R\$	DI + 5,20%	119.791	125.941
Empréstimo Banco do Brasil (c)	R\$	DI + 5,20%	135.944	140.944
Empréstimo Banco Itaú S.A. (c)	R\$	DI + 5,20%	83.283	87.548
Empréstimo Banco Pine S.A. (c)	R\$	DI + 5,20%	83.392	87.663
Empréstimo ING BANK N.V. (c)	R\$	DI + 5,20%	158.279	163.321
Custos de captação a amortizar (d)	R\$	-	(4.461)	(5.287)
			929.640	941.072

a) Movimentação

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	941.072	1.006.325
Juros provisionados	38.639	124.464
Juros pagos	(25.689)	(45.743)
Amortização do principal	(25.208)	(157.768)
Custo de transação	(2.010)	(10.249)
Amortização do custo de transação	2.836	24.043
Saldo final	929.640	941.072

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

b) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº 445.809-84, no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a. acima da TJLP. O vencimento do principal e dos juros do financiamento está previsto para 20 de fevereiro de 2017.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças junto aos bancos fiadores e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade de a Companhia constituir uma conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do empréstimo ponte junto à CEF desde 1º de agosto de 2016.

Em 03 de março de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de fevereiro de 2017 para 20 de maio de 2017 limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte BNDES. Nesse aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em março de 2017, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde agosto de 2016 no montante de R\$ 21.120, que estavam depositados em conta “Reserva”, além de liquidar juros futuros em caráter mensal.

A liquidação desses juros futuros devidos mensalmente será efetuada a partir dos depósitos na conta “Reserva” constituída junto à CEF.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2017 para 20 de novembro de 2017, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 20 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro 2017 para 20 de maio de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 14 de junho de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2018 para 20 de novembro de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro de 2018 para 20 de maio de 2019, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES (15 de maio de 2020).

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um novo aditivo contratual está em negociação junto a CEF e os termos da negociação são:

- (i) Prorrogação do prazo de vencimento para 20 de maio de 2020;
- (ii) Alteração da taxa de juros de TJLP + 3,5% a.a. para CDI + 5,2% a.a., a partir de 20 de agosto de 2019;
- (iii) Amortização de 3,5% a.a. do saldo devedor, a partir de 20 de agosto de 2019.

Em 06 de junho de 2019, a Companhia pagou um montante de R\$ 12.121 à CEF como amortização do principal do empréstimo ponte.

Em 23 de setembro de 2020, ocorreu o resgate de R\$ 118.226, equivalente à somatória disponível no Fundo Atlântico gerido pela CEF e na Conta Principal do Projeto, vinculada à CEF, para amortização extraordinária ao Contrato Ponte CEF.

c) Instrumento de Inação

Em 17 de fevereiro de 2020, Banco Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., e ING Bank N.V , em 18 de fevereiro de 2020, o Banco do Brasil S.A., realizaram o pagamento ao BNDES, na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, do valor total correspondente ao valor de principal e juros devidos pela CRO no âmbito do Contrato de Financiamento Ponte BNDES. Em decorrência do pagamento do BNDES, os Credores e o Banco do Brasil S.A. se sub-rogaram na qualidade de credores da CRO para todos os fins de direito.

Em 25 de março de 2020, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças junto ao Banco Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V., com as condições, para: (i) que a participação na Dívida Consolidada aplica ao Banco do Brasil 20,67%, ao Crédit Agricole 20,67%, ao Itaú 14,39%, ao Pine 14,39%, ao ABC 5,08% e ao ING 24,80%; (ii) em relação à Participação na Dívida Consolidada aplicável ao Crédit Agricole, Pine, ABC e ING, atualização pela variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI, acrescida do percentual de 5,20%; (iii) em relação à Participação na Dívida Consolidada aplicável ao Itaú, atualização pela variação acumulada da Taxa DI, acrescida do percentual de 2,10%; (iv) o montante de 3,5% ao ano do valor de principal da Dívida Consolidada, conforme as Participações aplicáveis a cada Credor; e (v) partes poderão acordar uma extensão do Período de Inação por períodos sucessivos de 3 (três) ou 6 (seis) meses, até o limite de 15 de agosto de 2022, sem necessidade de Aditamento ao Instrumento.

Em maio de 2020, a Companhia obteve junto aos Credores a prorrogação do prazo de vencimento e período de validade ao Instrumento de Inação para 15 de novembro de 2020. Atualmente as partes estão em trâmite de formalização de extensão ao vencimento.

Em novembro de 2020, foi realizado pagamento parcial no montante de R\$ 14.064, ao Banco do Brasil nas condições do Instrumento de Inação.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 09 de junho de 2021, foi realizado pagamento parcial no montante de R\$ 18.975, aos Bancos Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V, de acordo com a participação de cada um em relação a dívida, recursos estes oriundos de recebimentos da alienação de mútuo ODBVias (nota 11).

Importante ressaltar que as Condições Precedentes do Contrato de Inação estão em discussão com os Credores e já tem sinalização positiva em nova negociação em curso.

d) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	5.287	19.081
Custos incorridos	2.010	10.249
(-) Amortizações	(2.836)	(24.043)
Saldo final	4.461	5.287

e) Garantias

Os contratos de financiamentos com a CEF e Instrumento de Inação com os Bancos Credores, detém como garantia fidejussória fiança corporativa da Controladora Indireta da Companhia, OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

f) Principais compromissos assumidos

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento ponte foram cumpridas pela Companhia em 30 de junho de 2021.

17. Arrendamento mercantil operacional

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	10.614	19.078
Adições	2.573	3.509
Baixas	(6.045)	(12.903)
Apropriação de juros	302	930
Saldo final	7.444	10.614
Passivo circulante	5.418	8.438
Passivo não circulante	2.026	2.176

Foram acrescidos aos ativos intangíveis os encargos financeiros no montante de R\$ 302 em 30 de junho de 2021.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O reconhecimento inicial considerou a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação de 9% a.a.

18. Salários e encargos sociais

	30/06/2021	31/12/2020
Encargos sociais e trabalhistas	5.263	3.929
Participação nos lucros e resultados	4.760	7.391
	10.023	11.320

19. Outros passivos

	30/06/2021	31/12/2020
Multas Poder Concedente	2.027	2.265
Seguros a pagar	11.324	1.947
Verbas do contrato de concessão	-	2.952
Outras contas a pagar	561	1.783
	13.912	8.947
Passivo circulante	12.362	7.159
Passivo não circulante	1.550	1.788

20. Provisão para contingências

	30/06/2021	31/12/2020
Reclamações cíveis	2.492	1.946
Reclamações trabalhistas	168	402
Outras (i)	2.728	2.728
	5.388	5.076

- (i) A administração da Companhia registrou contabilmente o valor de R\$ 2.728 a título de outras contingências, referente montante da perda estimada decorrente do procedimento interno de verificação de suposta não conformidade.

a) Movimentação

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	5.076	5.141
Provisão	1.005	3.888
Reversão	(693)	(3.953)
Saldo final	5.388	5.076

A Companhia tem ações de naturezas cíveis no montante de R\$ 8.436 e trabalhista no montante de R\$ 445, totalizando o montante de R\$ 8.881 envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos em 30 de junho de 2021 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 6.827).

No período findo em 30 de junho de 2021, a Companhia apresenta R\$ 1.327 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 1.334) na rubrica de “Depósitos judiciais” referente aos processos de ações trabalhistas e cíveis.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para conserva especial

a) Composição

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão de conserva especial	127.154	105.194
	127.154	105.194

b) Movimentação

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	105.194	121.890
Provisão de conserva especial	26.879	35.801
Constituição de provisão ajuste a valor presente	(6.620)	(3.119)
Reversão ajuste a valor presente (nota explicativa nº 26)	1.701	(5.044)
Reversão de provisão para conserva especial (nota explicativa nº 24)	-	(44.334)
Saldo final	127.154	105.194

Em 30 de junho de 2020, a CRO apresentou uma proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que possibilita a retomada dos investimentos em ampliação de capacidade e melhorias, mediante a troca de controle acionário. O pedido, analisado pela ANTT, contempla a retomada de investimentos em 2021 e conclusão do saldo de duplicação previsto no PER até 2025. A ANTT concluiu pela admissibilidade do TAC em abril de 2021.

Em função da reprogramação das obras, houve alteração no planejamento dos ciclos de conserva especial, que é vinculado ao cronograma de duplicação, de maneira que a eventual postergação da duplicação impacta diretamente na curva de conserva especial.

O planejamento dos ciclos de conserva especial é vinculado ao cronograma de duplicação, de maneira que a eventual postergação da duplicação impacta diretamente na curva de conserva especial.

Como parte da nova proposta, houve também a revisão da solução técnica de pavimento, que passa a ser pavimento rígido, frente à premissa anterior que previa adoção de pavimento flexível em todo o segmento duplicado. Essa solução aumentará a vida útil do pavimento, reduzindo assim a necessidade de intervenção e, consequentemente, dos gastos com manutenção. Além desse aspecto, a intervenção em pavimento também está atrelada ao estudo do tráfego de longo prazo, revisado e alterado em 2020 a partir de projeções atualizadas de macroeconomia e produção agro do estado.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 363.558, representado por 363.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes ao acionista ODBVias.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

b) Destinação do lucro

Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir:

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 30 de junho de 2021 a Companhia destinou o montante de R\$ 475.

(ii) Reserva de investimento

A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia. Em 30 de junho de 2021 a Companhia destinou o montante de R\$ 9.031.

(iii) Reserva de incentivos fiscais

Consoante Lei Complementar no 124, de 27 de junho de 2007, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 31 de dezembro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2027, na forma do artigo 1º da MP no 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), constante do Processo Administrativo Fiscal no 59004.002543/2018-10.

O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão com a ANTT (Contrato nº 003/2013), do setor de infraestrutura – transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.212/2002, com início do prazo de vigência em 27 de dezembro de 2013 e término em 27 de dezembro de 2043.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita líquida

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2021	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2020	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020
Receitas acessórias	1.443	2.467	1.201	2.375
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (i)	77.363	143.163	62.156	118.242
Receitas de vale pedágio (ii)	16.228	33.735	18.091	36.826
Receitas em numerário	30.126	60.988	30.851	63.776
Receita de Subvenção Governamental	-	-	2.776	3.670
Receita operacional	125.160	240.353	115.075	224.889
Receita de construção ICPC 01-R1 (iii)	28.837	57.921	16.696	34.343
Receita bruta	153.997	298.274	131.771	259.232
Tributos sobre serviços de operação	(10.323)	(19.826)	(9.612)	(18.604)
Outras deduções	(14)	(23)	(3)	(6)
Receita líquida	143.660	278.425	122.156	240.622

- (i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento "Automatic Vehicle Identification" (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;
- (ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários, mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas;
- (iii) Em 30 de junho de 2021 e 2020, a Companhia reconheceu, R\$ 57.921 e R\$ 34.343, respectivamente, como receita de construção ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura.

24. Custo dos serviços

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2021	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2020	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020
Aluguéis	(693)	(1.305)	(86)	(213)
Depreciação e amortização	(14.045)	(27.382)	(12.855)	(25.495)
Gastos gerais	1.201	(2.931)	(3.467)	(7.396)
Materiais	(4.982)	(8.655)	(3.352)	(6.119)
Provisão para conserva especial	(10.311)	(20.259)	38.727	34.078
Salários e encargos	(9.479)	(18.591)	(8.548)	(16.800)
Seguros	(5.122)	(9.087)	(4.467)	(10.345)
Serviços de terceiros	(11.066)	(20.823)	(9.315)	(19.293)
	(54.497)	(109.033)	(3.363)	(51.583)
Custo de construção ICPC 01-R1	(28.837)	(57.921)	(16.696)	(34.343)
	(83.334)	(166.954)	(20.059)	(85.926)

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Despesas gerais e administrativas

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2021	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2020	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020
Depreciação e amortização	(497)	(908)	(433)	(876)
Despesa com veículos	(23)	(65)	(40)	(68)
Despesas com viagens	(34)	(80)	(85)	(225)
Gastos gerais	(440)	(919)	(817)	(1.931)
Materiais e equipamentos	(319)	(479)	(368)	(994)
Provisão para contingências	(511)	(312)	(429)	(754)
Salários e encargos	(5.368)	(9.816)	(3.928)	(6.458)
Serviços de terceiros	(4.993)	(9.077)	(3.860)	(6.534)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(295)	(576)	(291)	(491)
	(12.480)	(22.232)	(10.251)	(18.331)

26. Resultado financeiro, líquido

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2021	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2020	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	389	576	860	1.584
Outras	502	540	185	277
	891	1.116	1.045	1.861
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente	(891)	(1.701)	3.379	1.265
Arrendamento mercantil operacional	(109)	(232)	(162)	(358)
Custos de transação	(2.836)	(2.836)	260	(24.153)
Juros sobre atraso	(3.610)	(7.383)	(2.307)	(5.407)
Juros sobre empréstimos	(21.829)	(38.639)	(23.761)	(53.862)
Juros sobre mútuos	(599)	(934)	(4.040)	(9.508)
Outras	(607)	(826)	(235)	(463)
	(30.481)	(52.551)	(26.866)	(92.486)
Resultado financeiro, líquido	(29.590)	(51.435)	(25.821)	(90.625)

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Imposto de renda e contribuição social corrente

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	30/06/2021	30/06/2020		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.721	36.721	45.805	45.805
Adições temporárias	34.096	34.096	326	326
Adições permanentes	31	31	21	21
Exclusões	(17.003)	(17.003)	(24.595)	(24.595)
Lucro real	53.845	53.845	21.557	21.557
Compensação de prejuízo fiscal	(16.154)	(16.154)	(6.467)	(6.467)
Base cálculo	37.691	37.691	15.090	15.090
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	9.411	3.392	3.761	1.358
Programa alimentação trabalhador (PAT)	(226)	-	(91)	-
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição	9.185	3.392	3.670	1.358
Incentivos fiscais (SUDAM)	(9.185)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social devida	-	3.392	3.670	1.358
Total Imposto de Renda e Contribuição social	3.392	-	5.028	-

28. Lucro básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020:

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2021	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2020	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020
Lucro líquido do período	14.158	29.098	44.584	31.654
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	363.558	363.558	363.558	363.558
Lucro básico por lote de mil ações	38,94	80,04	122,63	87,07

29. Demonstração do fluxo de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	30/06/2021	30/06/2020
Fornecedores	6.045	3.770
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	6.045	3.770
Arrendamento Operacional	(6.045)	(6.536)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	(6.045)	(6.536)
Ativo de contrato	-	2.766
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	-	2.766

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do contrato de concessão, onde são exigidos: **(i)** seguro de danos materiais; **(ii)** seguro de responsabilidade civil; e **(iii)** seguro garantia do poder concedente.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Garantia de concessões públicas	399.688	mar/21 a mar/22
Risco operacional	350.000	jun/20 a dez/21
Responsabilidade civil	80.000	dez/19 a dez/21
Risco de administradores e diretores	40.000	abr/21 a abr/22
Seguro de veículos	100% a 110% tabela FIPE	set/20 a set/21
Responsabilidade civil – Engenharia	(*)	mai/14 a mai/18
Risco de engenharia + ALOP	(**)	mai/14 a mar/19

(*) Cancelamento da apólice de Responsabilidade Civil de Engenharia após anuênciam da ANTT para transferência da cobertura para apólice de Responsabilidade Civil Geral enquanto as obras de ampliação encontram-se interrompidas.

(**) As coberturas de Riscos de Engenharia e ALOP (RE) venceram em março/2019, visto que esta apólice foi contratada para as obras de duplicação e recuperação das pistas existentes, as quais se encontravam paralisadas desde 2016. Essa condição de obras paralisadas se estendeu até mar/2019 (vigência da apólice) e não foi prorrogada, pois foi adquirido cobertura para o canteiro de obras (único bem que estava sendo coberto pela apólice de Riscos de Engenharia na época) na apólice de riscos operacionais.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas e Administradores da

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Cuiabá - MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A.

(Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três e seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis

intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida

de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia possui, em 30 de junho de 2021, passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 969.155 mil, principalmente em virtude da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. A Companhia discute atualmente com o Poder Concedente alternativas para a reestruturação da sua dívida por meio da troca de controle e a consequente liberação de novos empréstimos e financiamentos de longo prazo, para reequilíbrio dessa situação.

A eventual não confirmação da captação de recursos com terceiros suscitaria a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, de seu respectivo plano de investimentos e de seus negócios. As informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2021 não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta dessa incerteza. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

Auto de infração da ANTT

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), onde a ANTT alega o descumprimento pela Companhia de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), que teria ocorrido em função da suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, devido a não liberação do financiamento de longo prazo. Até a presente data, a Administração da Companhia decidiu pagar e parcelar o valor de determinados autos de infração, que tiveram julgamento desfavorável para a Companhia, na esfera administrativa. Existem outros processos em andamento que estão sendo tratados administrativamente junto à ANTT e que podem ainda ser objeto de discussão na esfera judicial, envolvendo, inclusive, câmaras de arbitragem, segundo os assessores legais da Companhia.

Considerando as incertezas que envolvem o assunto, até o presente momento, não há como

determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das discussões envolvidas nos autos de infração e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias. As informações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de junho de 2021 não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA)

referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditória e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e aos trimestres findos em 31 de março e 30 de junho de 2020, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios, datados de 23 de março de 2021, 29 de junho de 2020 e 14 de agosto de 2020, respectivamente, contendo parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, devido a existência de passivos circulantes superiores aos ativos circulantes, e parágrafo de ênfase sobre as incertezas relacionadas aos autos de infração lavrados pela ANTT discutidos na esfera administrativa.

Cuiabá, 04 de agosto de 2021.

Eduardo Affonso de Vasconcelos

Contador CRC 1 SP 116001/O-3 – S - MT

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1 – S - MT

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021.

Cuiabá, 04 de agosto de 2021.

Júlio César Duarte Perdigão

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com o relatório do Auditor Independente referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021.

Cuiabá, 04 de agosto de 2021.

Júlio César Duarte Perdigão

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores